

O VOTO NEOPENTECOSTAL NO BRASIL: ATORES RELIGIOSOS NO ESTADO LAICO

GT 21. Sociologia da Religião – Resultado de pesquisa finalizada.

Isabel Cristina Veloso de Oliveira¹
Andreia Cidade Marinho²

Resumo:

O sistema eleitoral proporcional de lista aberta e a consequente personalização do voto estão no cerne da ascensão de políticos religiosos, como os neopentecostais, devido à junção da valorização de atribuições pessoais por parte do eleitor ao perfil de comprometimento com preceitos morais e religiosos retratado por tais políticos. O segmento evangélico neopentecostal tem obtido sucesso em sua inserção político eleitoral, através da utilização de estratégias eleitorais características, como o cadastramento de fiéis, a adoção de campanhas oficiais distribuídas por região de acordo com o potencial do eleitorado e o uso da mídia própria e dos púlpitos para o *marketing* político. Este artigo irá argumentar que a forte disciplina denominacional, a doutrina pregada pela Teologia da Prosperidade e as estratégias eleitorais implementadas pelas igrejas neopentecostais reduzem significativamente os gastos de campanha dos políticos religiosos brasileiros em comparação aos demais candidatos.

Palavras-chave: Religião e política. Voto religioso. Neopentecostalismo

Introdução

Epistemologicamente a palavra religião possui diversas definições, uma delas é *re-ligare*, ou seja, ligar as pessoas umas às outras e a Deus. É um elemento que compõe a identidade cultural de diferentes povos. Com o desenvolvimento da ciência, sobretudo durante o século XX, acreditava-se que ocorreria a “morte de Deus”, a religião seria substituída pela ciência, porém, essa perspectiva não foi concretizada. No século XXI surgiram novas motivações para se seguir uma religião. A ciência não alcançou toda a credibilidade e repercussão necessárias para a explicação de fenômenos naturais e casuais, de maneira a abalar a fé das pessoas. Ao longo do tempo, as religiões perderam um pouco do caráter explicativo, incorporando recursos da ciência, passando a assumir uma função ética, como uma definidora do bem e do mal, representando um elo entre a criatura e o criador, estabelecido de diversas maneiras.

A ideia de que “a visão cristã do Estado é que o Estado não deve ser “cristão””, o ideal de um Estado laico, levaria ao distanciamento ou, até mesmo, à polarização entre religião e política. Porém, ao menos no campo da política eleitoral, este distanciamento não se constata no Brasil. Ao contrário, o início do século XXI marcou a expansão política e eleitoral de diversas designações evangélicas, que vêm elegendo representantes, frequentemente pastores e bispos. Com foco no segmento neopentecostal, vertente que mais cresceu nas últimas décadas, cujos principais expoentes são as igrejas Universal do

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: isabelveloso@iesp.uerj.br.

² Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: andreiacmari@gmail.com

Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus, este artigo analisará os eleitores neopentecostais, homens e mulheres que concedem grande ênfase à religião no momento de decidir o voto. O principal objetivo é fornecer elementos para compreender o comportamento eleitoral dos neopentecostais, a lógica do “irmão vota em irmão” e investigar a relação entre a expansão política de grupos confessionais e o sistema eleitoral brasileiro.

1. O sistema eleitoral brasileiro

O sistema proporcional tem por objetivo resultar em uma parcela de representação por partido coerente com o número de eleitores que os apoiam, possibilitando a coexistência de diferentes demandas e concepções ideológicas. “A principal virtude da representação proporcional, segundo seus defensores, estaria em sua capacidade de espelhar no Legislativo todas as preferências e opiniões relevantes existentes na sociedade” (NICOLAU, 2004, p.37). Olavo Brasil de Lima Junior (1999) considera que, por favorecer a participação das minorias, o sistema proporcional eleva a qualidade da democracia. Outra vantagem é o fortalecimento do debate e o empecilho gerado ao exercício do poder arbitrário pelas oligarquias.

Além das vantagens, algumas desvantagens podem ser identificadas, sobretudo em determinadas modalidades do sistema proporcional, como a lista aberta, adotada no Brasil. As desvantagens são: criação de um governo heterogêneo com responsabilidades diluídas, baixa representatividade, tendência à criação estratégica de partidos sem comprometimento ideológico que funcionam como máquinas eleitorais e a fragmentação partidária.

Embora possam existir mecanismos de controle para evitar a fragmentação partidária, como a cláusula de barreira³, nem sempre esses mecanismos solucionam a questão. No Brasil, por exemplo, foi elaborada uma proposta de implantação de uma cláusula de barreira que reduziria os direitos dos partidos que não alcançassem 5% do total da votação para a Câmara dos Deputados, porém, tal proposta não chegou a ser aplicada por ter sido considerada inconstitucional no ano de 2006⁴. No entanto, regras como o coeficiente eleitoral, utilizado no Brasil, também possui parte da funcionalidade de uma cláusula de barreira, embora não tenha modificado o cenário de fragmentação existente no país.

O sistema proporcional é dividido em dois tipos: o voto único transferível e o sistema de lista, que possui subdivisões: lista fechada, flexível, aberta ou livre. No Brasil é utilizado o sistema proporcional de lista aberta, neste sistema, os partidos apresentam listas não ordenadas, o eleitor pode optar por votar em uma legenda ou nominalmente. Para a distribuição das cadeiras são somados os votos concedidos à legenda com os votos nominais. A partir disso, são aplicados critérios para a alocação de cadeiras, sendo no Brasil: coeficiente eleitoral, coeficiente partidário e a fórmula D’Hondt de maiores médias. Devido à possibilidade de voto nominal, cabe ao eleitor decidir quais candidatos ocuparão as cadeiras conquistadas por cada um dos partidos, os cargos serão ocupados pelos candidatos que alcançarem as maiores votações nominais da legenda.

A este sistema são atribuídas diversas críticas que, no Brasil, motivam um forte movimento em prol da Reforma Eleitoral. Dentre essas críticas, são as mais recorrentes: o favorecimento de pleitos

³ “Disposição normativa que nega, ou a existência, ou a representação parlamentar, ao partido que não tenha alcançado um determinado número ou percentual de votos” (CARVALHO, 2003, p.3).

⁴ Tal cláusula de barreira foi aprovada no ano de 1995, e entraria em vigor no ano de 2006. A regra, que compunha a Lei dos Partidos Políticos, previa que as legendas que não alcançassem 5% dos votos para deputado federal teriam direito a apenas dois minutos semestrais de propaganda na rede aberta de TV e rádio, e deveriam partilhar, com as demais legendas que não alcançassem o percentual previsto na cláusula, 1% do valor do Fundo Partidário. Os partidos pequenos perderiam o direito ao funcionamento parlamentar, os deputados e senadores eleitos por esses partidos poderiam votar no plenário, porém, não teriam acesso a estruturas para suas lideranças partidárias. O Supremo Tribunal Federal considerou esta cláusula inconstitucional por violar o direito de manifestação política das minorias. Se fosse aplicada em 2006, apenas 7 dos 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral na época continuariam em pleno exercício (MATAIS, 2006).

clientelistas, a personalização do voto, a fragmentação partidária, a competição entre candidatos de mesma legenda, a infidelidade partidária, o menor controle do partido sobre o político eleito e os elevados gastos com campanhas eleitorais individuais.

Para Carlos Ranulfo Felix de Melo (2005), o sistema proporcional de lista aberta transforma a disputa eleitoral em uma disputa entre indivíduos, os partidos pouco influenciam neste processo. Melo discorda do argumento utilizado pelos defensores da lista aberta de que este sistema possibilita maior liberdade de escolha e estabelece vínculos mais sólidos entre os representados e os representantes. O autor cita uma pesquisa realizada em 2002, pela UFF e UNICAMP, onde 70% dos eleitores não lembravam em quem haviam votado e 15% mencionaram um nome que não constava na lista de candidatos do pleito de 1998. Grande parte dos eleitores não disponibiliza tempo e dedicação para a escolha de um candidato, optando por seguir recomendações de parentes e amigos pouco tempo antes da eleição, assim, em um curto período o eleitor esquece em quem votou. Outra questão é que:

(...) o sistema de lista aberta deixa um grande número de eleitores sem representação. Que eleitores são esses? Aqueles que votaram em candidatos derrotados em sua lista partidária. O que acontece com os votos dados aos derrotados? São computados para o partido e ajudam a eleger os mais bem situados na lista – menos de 5% dos deputados são eleitos apenas com a sua própria votação. Isso significa que uma parcela do eleitorado vota em quem conhece e contribui para eleger alguém que ignora quem seja. A pergunta é: o eleitor que votou em fulano possui alguma razão para se sentir representado por beltrano? Se, ao votar, ele tinha como referência o partido, sim. Caso contrário, não. Acontece que a maioria do eleitorado não leva em conta o partido ao decidir. (MELO, 2005, p.3)

Melo (2005) defende a organização do sistema eleitoral brasileiro por termos partidários, através da adoção da lista fechada ou flexível. Para ele, esta mudança traria benefícios como: simplificação do processo de escolha; eliminação da transferência de votos, simplificação do controle da representação e ganhos para a governabilidade, com a redução da dimensão entre a votação do Presidente e do seu partido.

2. As raízes dos partidos brasileiros

Os partidos políticos estão presentes em praticamente todos os países, eles aparecem tanto em democracias quanto em sistemas ditatoriais unipartidários. Como destacam Przeworski *et. Al.* (1999), o número de partidos influencia diretamente na estabilidade e capacidade governativa do sistema político. Por se tratar de uma instituição que aglutina segmentos ideológicos, demandas, interesses e forças políticas, é indispensável para a democracia. Pode-se enumerar como funções básicas dos partidos: catalisar as correntes de opinião, selecionar os candidatos, enquadrar os eleitos conforme as diretrizes partidárias, além de, orientar e informar o eleitor.

Como destaca Maurice Duverger (1970), os primeiros partidos datam de 1850. Até esta data, nenhum país do mundo, com exceção dos Estados Unidos, conhecia o significado moderno deste termo. Somente a partir da década de 1950 é que os partidos passaram a estarem presentes na maioria dos países. Com o desenvolvimento das assembleias políticas, seus membros perceberam a necessidade de se unir em grupos afins para agir em prol de seus objetivos. “Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares” (DUVERGER, 1970, p.20). A extensão do sufrágio serviu como motivação para o agrupamento dos eleitores em comitês com o objetivo de tornar seus candidatos conhecidos e direcionar os sufrágios. “O nascimento dos partidos encontra-se, portanto, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais” (*idem*). Além dos partidos de criação eleitoral e parlamentar,

existem os partidos de criação externa formados por instituições pré-existentes com atividades não associadas a eleições ou ao parlamento. A principal distinção entre os partidos de criação externa, eleitoral e parlamentar é que os de criação externa partem da base e os demais surgem a partir das cúpulas. O exemplo mais característico de partidos de criação externa são os que surgiram a partir dos sindicatos. Duverger destaca também a grande influência da Igreja Católica e de outros movimentos religiosos na criação de alguns partidos.

Os primeiros partidos do Brasil, embora ainda não na concepção moderna do termo, surgiram durante o Período Imperial (CARVALHO, 2003), porém, diferentemente de países como os Estados Unidos, onde o Partido Democrata (1792) e o Partido Republicano (1854) disputam o poder até os dias atuais, no Brasil os partidos não possuem longa tradição política. Tal fato se deve a mudanças de regime e golpes de Estado que cercearam suas trajetória, são fatos como: Proclamação da República (1889); O Golpe de 1930; Estado Novo (1937-1945), Golpe Militar (1964) e abertura política. Em ambas as ocasiões houve eliminação, recriação ou impedimento da existência de partidos.

Esta ausência de herança político-partidária no Brasil pode ser considerada como uma das raízes da baixa institucionalização partidária e da grande valorização de lideranças carismáticas. Atualmente (2013) existem 29 partidos⁵ registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dentre eles, 22 conseguiram eleger deputados federais em 2010⁶. É um cenário de fragmentação que divide opiniões entre os que consideram que o multipartidarismo excessivo prejudica a governabilidade e os que acreditam que esta multiplicidade partidária expõe mais claramente as complexidades e desigualdades existentes no Brasil favorecendo a diversidade da representação.

3. A problemática da personalização do voto

Pode-se considerar a tendência à personalização do voto como a principal crítica ao sistema proporcional de lista aberta. No Brasil, tendo como opções votar em uma legenda ou em um candidato, os eleitores têm optado, majoritariamente, pela escolha de nomes. As campanhas eleitorais tendem a valorizar as qualidades pessoais dos candidatos concedendo aos partidos um papel coadjuvante, em muitos casos, a legenda torna-se irrelevante no momento da escolha do eleitor. Este panorama pode estar sendo favorecido pela existência de vínculos personalistas entre o eleitor e o candidato e, consecutivamente, pela fragilização da relação entre os partidos e o eleitorado. É um cenário de baixa fidelidade partidária, dificuldade de consolidação dos partidos e ascensão de personalidades, a exemplo de lideranças religiosas que utilizam um discurso enaltecendo de qualidades pessoais.

Nas eleições para Deputado Federal realizadas em 2010, dentre os 98.331.140 votos válidos, 90,8% foram nominais e apenas 9,2% foram concedidos as legendas (TSE, 2010). Embora muitos dos eleitores possam ter votado nominalmente motivados pelo pertencimento do candidato a um determinado partido, a valorização excessiva do voto personalizado sugere um desencantamento do eleitorado em relação aos partidos.

Para Mainwaring (2001), as campanhas de candidatos, basicamente de partidos *catch all*, geralmente tem caráter individualista, estão mais focadas na divulgação do nome do candidato do que da legenda. Muitos candidatos destes partidos estão convencidos de que o esforço individual é o fator decisivo para sair vitorioso de uma eleição, enquanto o partido exerce apenas um papel coadjuvante. Esta postura é mais perceptível em partidos de direita e centro, enquanto alguns partidos de esquerda tendem a valorizar mais o papel da legenda.

⁵ São eles: PMDB, PTB, PDT, PT, DEM, PCdoB, PSB, PSDB, PTC, PSC, PMN, PRP, PPS, PV, PTdoB, PP, PSTU, PCB, PRTB, PHS, PSDC, PCO, PTN, PSL, PRB, PSOL, PR, PSD, PPL. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acessado em 30/01/2012.

⁶ Não conseguiram eleger representantes para a 54ª Legislatura da Câmara: PSTU, PCB, PSDC, PCO, PTN, PSD e PPL.

Como destaca Nicolau (2006), “(...) regras institucionais que estimulam as campanhas centradas em candidatos (e não nos partidos) têm como resposta o alto peso da reputação pessoal (e baixo peso da reputação partidária) na escolha eleitoral” (NICOLAU, 2006, p. 704-705)

4. Teologia da prosperidade e o voto religioso

A Teologia da Prosperidade tem como ponto de partida a crença de que a crucificação de Jesus Cristo redimiu os homens de seus pecados e, devido a isso, todos possuem o direito a desfrutar das “grandezas de Deus”. Esta doutrina⁷, criada nos Estados Unidos por Kenneth Erwin Hagin (1917-2003) a partir das ideias de Essek William Keyon (1867-1948), afirma que todos os cristãos verdadeiros estão aptos a receber as “promessas divinas”, segundo interpretações da bíblia, valorizando “(...) o consumo de bens e serviços típicos da sociedade de consumo, como sinais visíveis de que o fiel convive com Deus” (CAMPOS, 1999, p.36). Para seus idealizadores, qualquer sofrimento humano indica falta de fé. Desta forma, em contraposição a outras doutrinas religiosas, as realizações dos cristãos devem ser alcançadas ainda em vida⁸, “(...) o sagrado e o desfrute intramundano da fortuna estão positivamente vinculados e é a busca individual pela plenitude terrena, prioritariamente objetivada na riqueza material, o que dá sentido à adesão religiosa” (LIMA & WERNECK, 2012, p.230).

Para os seguidores desta doutrina, tudo pode ser alcançado através da fé. Em um dos encontros que afirmou ter tido com Jesus Cristo, Hagin teria recebido uma “fórmula da fé”, para ser utilizada por aqueles que desejam receber uma benção divina:

- 1- "Diga a coisa": positiva ou negativamente, tudo depende do indivíduo. De acordo com o que o indivíduo quiser, ele receberá. Essa é a essência da confissão positiva. Para fazer a "confissão positiva", o cristão deve usar as expressões: exijo, decreto, declaro, determino, reivindico, em lugar de dizer: peço, rogo, suplico; jamais dizer: "se for da tua vontade", pois isto destrói a fé;
- 2- "Faça a coisa": "Seus atos derrotam-no ou lhe dão vitória. De acordo com sua ação, você será impedido ou receberá";
- 3- "Receba a coisa: Compete ao fiel a conexão com o dínamo do céu. “A fé é o pino da tomada. Basta conectá-lo”;
- 4- "Conte a coisa: a fim de que outros também possam crer” (HAGIN, 1988, p.32).

Com sua fórmula da fé, a Teologia da Prosperidade cria um perfil de fiéis intuídos a descartar críticas. Pois, acreditam que a dúvida, interpretada como falta de fé, demonstra que o fiel não está apto a receber a graça, gerando um forte vínculo de confiança em relação à igreja e suas pregações. A dúvida é comumente associada à ação de seres sobrenaturais. A citação abaixo, presente no livro *O poder sobrenatural da fé* (2001) do bispo Edir Macedo exemplifica o discurso adotado em tais situações:

“O diabo tem usado inúmeras palavras para desestimular a fé das pessoas e, conseqüentemente, continuar a destruí-las. No momento das ofertas, o diabo usa até as pessoas estranhas para se tornarem “amigas” daquelas que não têm ainda firmeza na fé, só para semear

⁷Também conhecida como *Faith Prosperity Doctriness, Heath and Wealth Gospel, Faith Movement e Positive Confession*.

⁸“À teologia da prosperidade, pelo que se fala por aí, eu bato palmas. Não creio na miséria. Essa história é conversa de derrotados. São tudo um bando de fracassados, cujas igrejas são um verdadeiro fracasso. Bispo R.R. Soares, líder da igreja neopentecostal Internacional da Graça de Deus”(Revista Eclésia, Ano V, n.º 67, Junho de 2001, p. 26).

palavras de crítica. Isso, além de usar os parentes e amigos com o mesmo objetivo” (MACEDO, 2001, p. 15).

As práticas inauguradas pela Teologia da Prosperidade, ou seja, esta nova forma de vivenciar a fé e se relacionar com o sobrenatural, disfrutando das “promessas divinas” ainda em vida, representa um rompimento com o pietismo ascético, característico das duas primeiras vertentes do pentecostalismo: clássico e deuteropentecostal, onde adotam-se costumes rígidos, isolamento de outros grupos sociais e, em sua origem, distanciamento da política. O neopentecostalismo se desfaz do ascetismo⁹ e passa a dar melhores respostas à segunda e terceira geração de crentes, “já criados na cultura urbana, desejosos de inserção na sociedade do capital e do consumo” (FERRARI, 2007, p.91).

5. Os “políticos de Deus”

“Pode confiar, ele é crente!”. A origem de tal expressão, tão presente na cultura popular brasileira, pode estar associada ao rigor na seleção dos fiéis que desejavam receber o batismo nas primeiras igrejas de missão instaladas no Brasil. Para tal, o candidato deveria ser portador de uma forma particular de *ethos* religioso, como aquele identificado por Max Weber (2004), seguindo um ideal ascético puritano que concede ênfase à simplicidade de costumes, evitando gastos com divertimentos ou conforto e concedendo ao labor um caráter religioso, uma vocação orientada por ordem divina. Contudo, desde a chegada das igrejas evangélicas no Brasil, ocorreram diversas transformações no padrão de comportamento dos fiéis¹⁰. Com a liberalização dos usos e costumes, promovida pela doutrina neopentecostal, os membros desta designação passaram a se apresentar de forma mais comum aos padrões da sociedade de consumo.

No início do século XXI houve um avanço na participação de atores evangélicos no cenário político brasileiro, o que acirrou a disputa entre diferentes segmentos desta denominação “Segmento com discreta atuação no cenário político até os anos 1970, os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988” (MACHADO, 2006, p.17). Na ocasião, pela primeira vez, os parlamentares evangélicos se posicionaram de forma alinhada compondo a chamada bancada evangélica. A bancada evangélica é uma das bancadas suprapartidárias consideradas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Embora haja estudos que demonstrem a inexistência efetiva desta bancada, visto que os parlamentares evangélicos não constituem um grupo político coeso por não votarem em bloco e não apresentarem um discurso homogêneo, conforme apontam Fonseca (1998); Oro (2003); Burity (2006) e Baptista (2009). Este artigo tratará o pertencimento religioso, e a identificação com a bancada evangélica, como um elemento favorável aos candidatos evangélicos durante a disputa eleitoral, embora concordando que a atuação destes parlamentares não ocorre de forma coesa, esta adesão confessional funciona como elemento agregador de credibilidade perante o eleitor.

“O povo de Deus tem que ficar atento nas próximas eleições, escolhendo os melhores candidatos. Se ficarmos indiferentes à política e não lutarmos pelos nossos direitos, os corruptos entrarão novamente. Sabemos das perseguições que a Igreja do Senhor Jesus

⁹ Os criadores da Teologia da Prosperidade afirmam que “Jesus usava roupas de *griffe*, que morava em uma grande casa e que liderava um ministério com muito dinheiro” (ROMEIRO, 1998, p.42). “Deus quer que seus filhos usem a melhor roupa. Ele quer que eles dirijam os melhores carros e quer que eles tenham o melhor de tudo, simplesmente exija o que você precisa” (HAGIN in ROMEIRO, 1998, p.43).

¹⁰ “A mentalidade mudou nos últimos 20 anos. Antigamente, ouvir rádio ou ver TV era considerado pecado. Hoje entendemos que são dois veículos extraordinários para a pregação do evangelho”. Afirma o pastor Abner Ferreira da Igreja pentecostal Assembleia de Deus em entrevista ao jornalFolha de SãoPaulo. MENCHEN,Denise; BRISOLLA, Fabio. Assembleia de Deus fala em eleger mais de 5.500 vereadores. Folha de São Paulo: São Paulo, 22 de jul. 2012. p. A8 *Poder*.

enfrenta, por isso, temos que votar em homens e mulheres de Deus para senador, deputado federal, estadual e governador. Quando tomamos atitudes com sabedoria e votamos em candidatos ungidos com o Espírito Santo, com certeza, a história da política brasileira será outra” (Política e Fé, Folha Universal, n. 746, de 23 a 29 de julho de 2006).

Como destaca Pierucci (2011), desde as eleições de 1986 para o Congresso Constituinte a religião ganhou força nas disputas eleitorais do país. A partir de então, a eficácia da investida religiosa para produzir votos em processos eleitorais ficou comprovada. Neste cenário, as lideranças evangélicas contam com o apoio do “eleitor religioso socialmente conservador” obtendo sucesso, sobretudo, em disputas para o Poder Legislativo. No momento de decisão do voto, o eleitor religioso recebe maior ou menor influência da instituição eclesiástica que frequenta.

Além do discurso de purificação da política através da atuação de “homens de Deus” em uma suposta batalha espiritual presente no âmbito político, de acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2006), a inserção política dos pentecostais vem sendo avaliada como uma tentativa de fortalecimento das posições conservadoras na política, principalmente em virtude da oposição a certos modernismos “(...) na área das questões dos costumes e valores, como o direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células tronco, clonagem e outros experimentos genéticos”(RODRIGUES, 2006,p. 84).

6. A Representação dos Evangélicos no Congresso nas últimas três legislaturas.

O cenário político do Brasil passou por significativas transformações nos últimos anos, também influenciadas pela participação dos evangélicos nas instâncias políticas de representação. Se antes das eleições para a Assembleia Constituinte em 1986 esta participação era relativamente pequena, nas últimas legislaturas no Congresso Nacional é possível evidenciar uma projeção que demonstra a força deste segmento junto ao eleitorado evangélico, ao mesmo tempo em que este grupo passa a ser considerado um ator político relevante nas análises referentes ao contexto eleitoral.

Estes parlamentares, distribuídos em diversos partidos, desenvolvem trabalhos em diferentes setores da Câmara Federal e do Senado, integrando comissões especiais, mistas ou permanentes e também participando de frentes parlamentares, como a Frente Parlamentar Evangélica.

Em relação ao número de deputados evangélicos eleitos, considerando a 52^o, 53^o e 54^o legislatura, temos os seguintes dados:

Tabela 1

Parlamentares evangélicos eleitos nas últimas três legislaturas (2003-2011)

Legislatura	Total de Parlamentares
52 ^a Legislatura (2003)	68
53 ^a Legislatura (2007)	32
54 ^a Legislatura (2011)	73

Fonte: DIAP (2011)

O auge da representação política dos evangélicos ocorreu durante a 52^a legislatura, quando a bancada evangélica passou a ser composta por 68 parlamentares. Porém, durante esta legislatura

diversos parlamentares evangélicos se envolveram em escândalos de corrupção, como o “mensalão”¹¹ e o “escândalo dos sanguessugas”¹², o que trouxe consequências ao pleito posterior. Dos 68 deputados eleitos para a 52ª legislatura, apenas dezessete foram reeleitos e dezesseis não tentaram a reeleição, a exemplo de Carlos Rodrigues, ex-bispo da IURD, que antes do envolvimento no “escândalo dos sanguessugas” e “mensalão” era o líder político da igreja. Durante o pleito de 2007, os candidatos evangélicos, que, anteriormente, enfatizavam em seu discurso de justificação de inserção na política o combate à corrupção, perderam a credibilidade e sofreram as consequências de seu próprio discurso, um efeito bumerangue.

Quando surgiram as primeiras denúncias da participação de deputados evangélicos em escândalos de corrupção, conseqüentemente apareceram as primeiras explicações, conforme observa Saulo Baptista:

O discurso da igreja na política é em defesa da moral pública, da ética, como de resto é o discurso de todas as agremiações religiosas. Todavia, como alguns de seus parlamentares foram apanhados em corrupção, a igreja recorreu à explicação teológica para esses escândalos: afirma que tudo foi obra demoníaca e os parlamentares não resistiram às tentações. O próprio Carlos Rodrigues envolveu-se nos casos Waldomiro Diniz, “mensalão” e “sanguessugas”. (BAPTISTA, 2009, p. 218)

A retomada do crescimento aconteceu nas eleições de 2010, quando 73 parlamentares evangélicos foram eleitos. A IURD, por exemplo, que enfrentou uma grande decaída devido aos escândalos da 52ª legislatura, contando apenas com três representantes na 53ª legislatura, elegeu nove parlamentares, sendo oito deputados e um senador.

Dos setenta e três parlamentares eleitos para a atual legislatura, vinte e cinco pertencem a igrejas evangélicas tradicionais, outros vinte e cinco pertencem a igrejas pentecostais clássicas, sendo a maioria vinculada a Assembleia de Deus, seis pertencem ao segmento deuteropentecostal e quatorze ao neopentecostal. Em relação ao agrupamento partidário dos neopentecostais, a tabela 2 aponta que:

Tabela 2

Parlamentares neopentecostais agrupados por igreja e partido – 54ª Legislatura (2011)

Nome da Igreja	Nº de Parlamentares	Partidos
1-Igreja Universal do Reino de Deus	9	PRB
2-Internacional da Graça de Deus	2	PSL e DEM
3-Sara Nossa Terra	1	PMDB
4-Igreja Renascer	1	PSC
5-Mundial do Poder de Deus	1	PP

Fonte: DIAP (2011)

¹¹ Mensalão ou “Esquema de compra de votos de parlamentares” foi um escândalo ocorrido entre 2005 e 2006, onde os deputados da chamada “base aliada”, recebiam periodicamente recursos em função de seu apoio ao Governo Federal, constituindo o que se chamou de “mensalão”. O esquema envolvia o Banco Opportunity, Brasil Telecom, Amazônia Telecom e a DNA propagandas, entre outras empresas encarregadas de viabilizar o pagamento dos parlamentares. (Folha de São Paulo – 13/09/2005)

¹² O escândalo dos sanguessugas, ou máfia das ambulâncias, foi um esquema de corrupção denunciado em 2006, onde se desviava dinheiro destinado à compra de ambulâncias. Entre os envolvidos estavam Ronivon Santiago e Carlos Rodrigues, ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. (Folha de São Paulo – 11/05/2006).

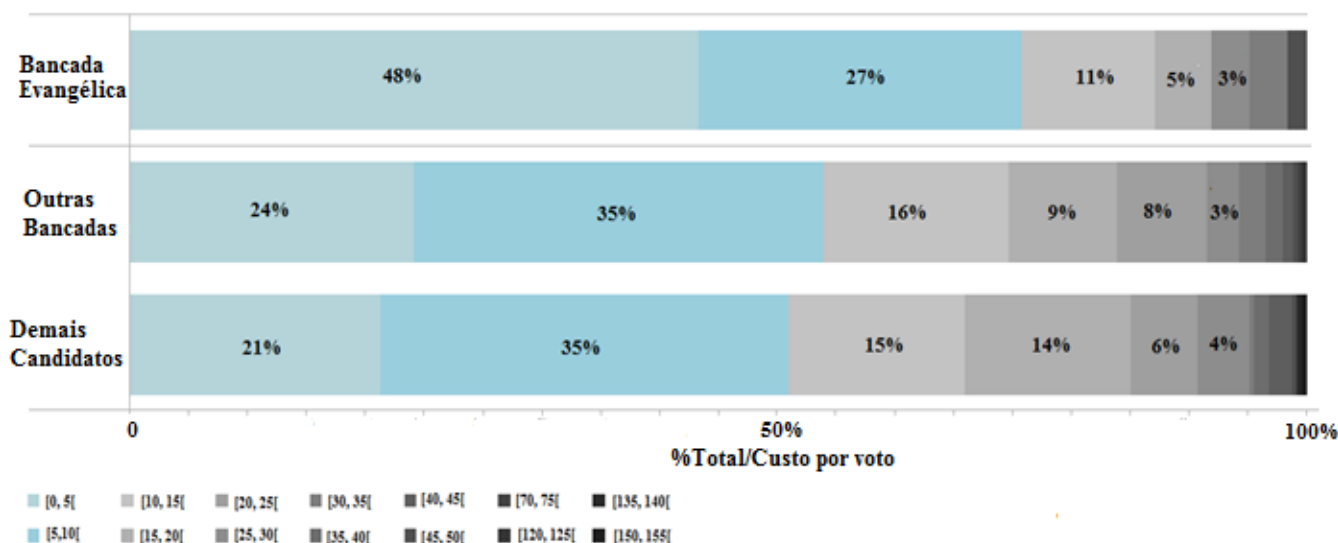
Em relação a composição partidária destes parlamentares, conforme afirma Joanildo Burity, “(...) não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos” (BURITY, 2006, p. 198). Assim como nos outros segmentos evangélicos, o neopentecostalismo é pluripartidário, sendo identificada uma rejeição da esquerda. A partir da última legislatura, um fenômeno singular pode ser observado em relação à Igreja Universal do Reino de Deus: todos os políticos ligados à igreja migraram para o mesmo partido, o PRB¹³. É possível que esta estratégia resulte em maior sucesso eleitoral e na centralização dos interesses da igreja. No entanto, deixará visível a vinculação entre a IURD e o PRB.

No Brasil existe uma forte correlação entre o volume de investimentos monetários nas campanhas eleitorais e o número de votos obtidos, ou seja, o valor investido na campanha é decisivo para a obtenção de uma vaga na Câmara. Porém, os dados apresentados no gráfico 1 demonstram que os evangélicos representam um contraponto a esta realidade:

Gráfico

1

Custo/ voto e bancadas suprapartidárias (em %)



Fonte: TSE 2010

Através de uma comparação entre os gastos dos membros da bancada suprapartidária evangélica, os gastos eleitorais de políticos pertencentes a outras bancadas agrupadas, como ruralista, feminina e sindical, e aos gastos dos deputados sem bancada, é possível verificar que, dentre todos os deputados eleitos, os evangélicos foram os que gastaram menos por voto no pleito de 2010, alcançando uma diferença significativa em relação aos demais. Embora seja necessário ressaltar que há muitos custos não relatados, o que dificulta a elaboração de um cálculo seguro. Dentre os evangélicos, a denominação neopentecostal obteve a melhor relação custo/ benefício. A partir desta constatação, é possível supor que os candidatos desta denominação possuem maior eficiência na apresentação de seus candidatos, reduzindo o custo da campanha em função da vinculação de uma identidade religiosa.

Considerações

¹³ O PRB teve sua criação iniciada em 2003. Até 2006, chamava-se Partido Municipalista Renovador (PMR). Teve seu registro definitivo em agosto de 2005 e é presidido por Vitor Paulo dos Santos, bispo da IURD.

Votar em um “homem de Deus” significa, para muitos, garantir a expansão da igreja, ter a moral religiosa representada no Legislativo e favorecer a entrada de parlamentares comprometidos com valores cristãos. Para conquistar o eleitorado, as igrejas neopentecostais tem implementado diversas estratégias, como o recenseamento de fiéis, lançamento de candidaturas oficiais e o uso massivo da mídia e do púlpito para a promoção de políticos. A Igreja Universal do Reino de Deus inovou, reunindo todos os seus parlamentares em um mesmo partido, PRB, o qual é presidido por um dos bispos desta igreja. O discurso religioso neopentecostal, com base na Teologia da Prosperidade, afirma com muita veemência a existência de um maniqueísmo presente em todas as relações sociais, incluindo a dimensão política. O alto grau de frequência aos cultos, identificado nas religiões evangélicas e, conseqüentemente, a ampla exposição ao discurso das lideranças religiosas, favorece a associação dos políticos evangélicos com o papel de representantes do “bem” e defensores dos “valores cristãos”.

Os dados apresentados sugerem que os políticos evangélicos constituem um contraponto à correlação existente no Brasil entre gastos de campanha e número de votos obtidos. Dentre os evangélicos, os neopentecostais alcançaram a melhor relação custo/benefício. A vantagem dos candidatos evangélicos em relação àqueles que não veiculam uma identidade religiosa na atuação política sugere a aceitação desses candidatos perante os eleitores e a eficiência das estratégias de captação de votos adotadas pelas igrejas.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Saulo. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: Um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

BURITY, Joanildo A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAP Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/15507-lancamento-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2011-2015> (Acessado em 20/03/2011).

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FERRARI, Odêmio Antônio. Bispo S/A: A Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

FONSECA, Alexandre Brasil. A maior bancada evangélica. Tempo e Presença, nº. 302, novembro-dezembro, 1998, pp. 20-23.

HAGIN, Kenneth. A Autoridade do Crente. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1988.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Reformas de sistemas eleitorais: mudanças, contextos e conseqüências. *Dados* [online]. 1999, vol.42, n.1.

LIMA, Diana; WERNECK, Vinícius. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 2012.

MACEDO, Edir Bezerra. O Poder Sobrenatural da Fé. Rio de Janeiro: Universal Produções, 2001.

MACHADO, Maria das Dores. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAINWARING, Scott. Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MATAIS, Andreza. STF derruba cláusula de barreira. Folha de São Paulo. 07/12/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87526.shtml>. Acesso em 30/01/2012.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos, eleitores e democracia no Brasil. Boletim da UFMG. Nº 1498, Ano 31, 01.09.2005. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1498/segunda.shtml>. Acesso em 27/02/2012.

NICOLAU, Jairo. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 689 a 720.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 89, março 2011. (pp. 5-15). Przeworski *et. Al.* (1999)

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: PubliFolha, 2006.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.